

O PANÓPTICO VIRTUAL E O DIÁRIO DIGITAL: UMA REFLEXÃO FOUCAULTIANA SOBRE PLATAFORMAS DIGITAIS E A EDUCAÇÃO NO AMAZONAS

Daniel da Silva Cruz¹

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a plataforma Diário Digital segundo os princípios do panóptico virtual. Para tanto, é feita a reflexão sobre a relação entre a sociedade disciplinar e a instituição escolar. Em seguida é analisado o conceito de panóptico virtual fundamentando pelo pensamento do filósofo Michel Foucault. Por fim, investigamos a estrutura e os principais desafios apresentados pela plataforma digital à luz do panóptico virtual. Os procedimentos metodológicos se caracterizam pela pesquisa bibliográfica tendo como principal obra norteadora *Vigiar e Punir: nascimento da prisão (1975)*, de Michel Foucault. Como resultado, é exposto que, o Diário Digital apresenta, desde sua criação, problemas pontuais em relação a sua utilização pelo professor, além de limitar a liberdade do corpo docente em relação à escolha dos conteúdos que serão lecionados no ano letivo, sugerindo indícios de um panóptico virtual.

Palavras - chave: sociedade disciplinar; panóptico virtual; Diário Digital.

Abstract

The objective of this research is to analyze the Digital diary platform according to the principles of the virtual panopticon. For this, reflection is made on the relationship between disciplinary society and the school institution. Then the concept of virtual panopticon is analyzed, based on the thought of the philosopher Michel Foucault. Finally, we investigate the structure and the main challenges presented by the Digital diary based on the virtual panopticon. The methodological procedures are characterized by bibliographic research with the main guiding work *Discipline and Punish: the birth of the prison (1975)*, by Michel Foucault. As a result, it is exposed that the Digital Diary presents, since its creation, specific problems in relation to its use by the teacher, in addition to limiting the freedom of the faculty in relation to the choice of content to be taught in the school year, suggesting evidence of a panopticon virtual.

Keywords: disciplinary society; virtual Panopticon; Digital diary.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO). Atua como professor de Filosofia na SEDUC-AM. Email: danielcruzam@hotmail.com

Introdução

As relações de poder descritas por Michel Foucault, refinadas e gradualmente estabelecidas pela sociedade disciplinar nos últimos séculos, por meio das ferramentas de controle dos indivíduos, possuem grande capacidade de adaptabilidade e alcance. Com as atualizações de políticas educacionais e com os avanços tecnológicos e digitais elas se inseriram de forma mais eficiente e ampla nas mais diversas instituições disciplinares, entre elas, a própria escola.

O presente artigo² tem como objetivo fazer uma análise, embasada no conceito de panóptico virtual, sobre a ferramenta virtual Diário Digital, utilizada como plataforma de registro de dados pelos professores da rede pública de ensino do Estado do Amazonas. Para tanto, são apresentadas três seções. A primeira aborda os conceitos fundamentais para se entender o contexto da sociedade disciplinar e seus mecanismos de poder com enfoque na instituição escolar.

A segunda, versa especificamente sobre o conceito de panóptico, utilizado por Foucault e inspirado no pensamento de Jeremy Bentham, como fundamento do conceito de panóptico virtual que surge numa sociedade que aperfeiçoou seus mecanismos de poder e controle dos seus cidadãos/usuários por meio da reunião de dados obtidos por ferramentas digitais na Internet. Por meio da pesquisa bibliográfica foi escolhida como obra central *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1975), do filósofo francês Michel Foucault (1926 -1984).

Por fim, na terceira sessão é feita uma análise da plataforma Diário Digital em relação a sua estrutura, função e principais desafios na sua utilização por parte dos usuários (professores), bem como seu vínculo com as propostas curriculares da Secretaria de Educação, em específico, a *Proposta Curricular do Ensino Médio da Disciplina de Filosofia do Amazonas* (PCAM-Filo), para, ao final, confrontarmos as particularidades encontradas no Diário Digital com os princípios do panóptico virtual.

1. A sociedade disciplinar em Michel Foucault

Michel Foucault, filósofo francês, crítico de sua contemporaneidade, aponta que o Estado tem por objetivo criar pessoas economicamente produtivas, porém, politicamente submissas. Para que isso ocorra, é necessário que não haja a construção de caminhos que proporcionem autonomia do pensamento ao indivíduo e nem uma educação que o faça perceber

² Este artigo é o resultado parcial da dissertação intitulada **Filosofia e Currículo: análise da Proposta Curricular do Ensino Médio para a disciplina de Filosofia do Estado do Amazonas**, orientada pelo professor Doutor Nelson Matos de Noronha, apresentada ao programa Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), UFAM.

as relações de poder às quais está submetido. Para o Estado é urgente entorpecer a visão dos seus cidadãos sobre sua própria realidade e esse projeto está presente na escola.

Para que o processo de domínio tenha êxito, primeiramente há a necessidade do controle dos corpos desses indivíduos por meio da produção planejada de corpos dóceis, a saber, produzir um corpo que pode ser submetido, transformado, utilizado e aperfeiçoado no que se deseja. Esse processo consiste num trabalho minucioso sobre o corpo do outro, com enfoque nos detalhes, onde ele permanece constantemente sob coerção, o que indica que o controle sobre o tempo de exercício do corpo também é de suma importância. Essa coerção é uma forma de repressão sobre o indivíduo, de forçá-lo a fazer alguma coisa por meio de sanções e punições. Em Foucault, a particularidade dessa coerção é que ela se dá de maneira sutil e sistemática sobre a pessoa (FOUCAULT, 2014, p. 134).

A sutileza e o velamento dessas técnicas são de fundamental importância para que a pessoa não perceba a condição em que se encontra. Desta forma, uma educação que segue esses parâmetros não só contribui para esse fim, mas se configura como alicerce para sua própria existência.

Para obter êxito nesse treinamento dos corpos, é necessária a disciplina. Ela consiste em métodos que permitem o controle detalhado das operações do corpo. Os métodos realizam a sujeição constante de forças do corpo e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. A disciplina, num entendimento mais amplo, sempre existiu ao longo da história, mas foi a partir dos séculos XVII e XVIII que se sistematizaram formas gerais de dominação.

A disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (FOUCAULT, 2014, p. 208)

Foucault chama de “mecânica de poder³” a essa nova forma de produzir corpos autômatos com determinado fim.

³ É importante frisar que essas relações de poder não se dão necessariamente e somente a partir de uma grande força institucional sobre os indivíduos, mas elas também existem e se sustentam por que há um feixe de microrrelações de poder cotidianas que compõe esse domínio. Segundo Foucault (2006, p. 231), “[...] as relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas, de algum modo. Se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. O que seria o poder de Estado, aquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de

Define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado, uma “aptidão”, uma “capacidade” que ele procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2014, p. 135 - 136).

Essa nova forma de controle sobre os corpos, comparativamente à forma utilizada na época dos Estados absolutistas, é menos violenta e, portanto, não necessita de grandes esforços para pô-la em prática, pois possui uma nova configuração de caráter econômico. De acordo com Veiga-Neto (2016, p.65), “[...] a docilização do corpo é muito mais econômica do que o terror. Esse leva à aniquilação do corpo; aquela mobiliza o corpo e retira-lhe a força para o trabalho. Assim, se o terror destrói, a disciplina produz”.

A relação de poder é encontrada em vários lugares na sociedade, desde escolas primárias, onde a coerção é mais sutil, até fábricas industriais, quartéis militares, hospitais e prisões. Todos esses lugares têm em comum uma ordenação racional, onde se constrói uma hierarquização para a função de vigiar, normatizações e sanções para disciplinar e o exame contínuo para controlar.

Foucault percebeu que, a partir dos séculos XVII e XVIII, gradualmente foram se instalando novas formas de controlar e administrar os indivíduos na sociedade e, para que este adestramento tivesse efeito, eram necessários reflexão e planejamento para a sua aplicação, que ficaram conhecidos como os recursos para o bom adestramento. Para o poder disciplinar ter sucesso, bastaria aplicar esses instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame, os quais, além de se fazerem presentes no militarismo, nos hospitais e nas prisões, aparecem nas instituições escolares, indicando, assim, como a educação e as políticas de controle sobre ela são importantes para o adestramento desses corpos dóceis, tornando-os economicamente úteis e politicamente controlados.

A percepção dessa sutileza que permeia as relações de poder é um dos pontos nevrálgicos da reflexão foucaultiana, pois são os detalhes dos pequenos processos, de relações

relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor - aquele que sabe, aquele que lhe enfiou na cabeça tal ou tal ideia?”

celulares constantes e progressivas que fazem as relações de poder atingirem um patamar tão complexo e controlador. A subordinação despercebida é, conseqüentemente, inquestionada.

O condicionamento implícito e intangível é a forma suprema de poder. As preferências, aí, resultam de uma subordinação sequer aceita, apenas despercebida e, como tal, sem questionamento. Para tanto, são estabelecidos certos padrões de valores, que resultam no cumprimento de papéis sociais indeclináveis, baseados estritamente em sentimentos, dos quais conformação, devoção e lealdade são artigos básicos e tão usualmente empregados na educação formal, independente da esfera pública ou privada (FILHO, 2012, p. 12).

No interior dessa nova sociedade, há as instituições disciplinares onde os indivíduos possuem seu comportamento supervisionado. É aí que a função de vigiar torna-se específica e hierarquizada. Ou seja, uma pessoa com poder é destacada para esse fim. Vejamos o que Foucault aponta sobre a vigilância nas fábricas, a qual pode ser pensada para funcionar de modo semelhante na escola, onde os indivíduos se formaram operários.

À medida que o aparelho de produção se torna mais importante e mais complexo, à medida que aumentam o número de operários e a divisão do trabalho, as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis. Vigiar então se torna uma função definida [...] Um pessoal especializado se torna indispensável, constantemente presente, e distinto dos operários (FOUCAULT, 2014, p. 171).

Desse modo, a vigilância sobre os indivíduos possui um caráter econômico na produção das tarefas, uma vez que almeja a máxima utilidade do corpo e de seu tempo, extinguindo qualquer espaço de tempo para conversar ou pensar qualquer outra coisa senão a atividade a ser executada. O indivíduo torna-se uma peça interna do aparelho de produção e, ao mesmo tempo, quando posto na vigilância hierárquica, uma engrenagem do poder disciplinar.

A sanção normalizadora é a adequação dos indivíduos ao processo disciplinar por meio de punições sutis. Em sua essência, diz Foucault (2014, p. 180), todos os sistemas disciplinares funcionam como um pequeno mecanismo penal. Por exemplo, nas fábricas, nas escolas ou no exército há uma repressão baseada no respeito ao tempo, como sanções por atrasos, ausências, interrupções das atividades, baseadas também na execução das atividades, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade. Qualquer desvio nesses campos é passível de correções ou punições. Foucault conclui que essa técnica disciplinar normalizadora não leva o indivíduo na direção de sua emancipação, pelo contrário, o mantém conforme o sistema. Assim sendo, o indivíduo tem a expressão de sua criatividade ou qualquer crítica às regras impostas coagidas, ele deve se filiar a um corpo social homogêneo e não se destacar deste.

Por fim, o exame é o momento que combina a vigilância hierarquizada com a sanção normativa objetivando qualificar, classificar e punir o indivíduo. Na escola, por exemplo, aponta Foucault:

[...] se torna uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu cumprimento a operação do ensino. Tratar-se-á cada vez menos daquelas justas em que os alunos defrontavam forças e cada vez mais de uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar. [...] o exame supõe um mecanismo que liga certo tipo de formação a uma certa forma de exercício do poder (FOUCAULT, 2014, p. 182 - 183).

A função do exame, portanto, é, além de verificar a eficácia das duas etapas que o antecedem, mensurar a produção do indivíduo, seja ele um militar, um operário ou um estudante, para medir sua eficiência, colocá-lo em comparação com os demais e mostrar sutilmente que suas ações são constantemente vigiadas e analisadas.

2. O princípio do panoptismo em Foucault

Foucault usa o conceito do Panóptico para explicar como se dá o controle planejado sobre as pessoas em relação às instituições. Partindo da etimologia, (*Pan/Óptico*) seria um olhar sobre tudo ou sobre todos. Essa arquitetura se estabelece da seguinte maneira: uma construção em forma circular onde, em seu centro, se encontra uma torre que vigia todos os compartimentos dispostos dentro de sua área. Sua particularidade é a possibilidade de visualização de tudo ao seu redor sem que as pessoas que estejam do lado de fora possam ver quem está em seu interior. Desse modo, visualmente não é possível saber se há alguém de fato a todo o momento vigiando, mas a dúvida faz com que o indivíduo opte por esperar o pior, a saber, o vigiar constante e a punição, praticamente uma inspiração a partir do olhar onipresente de Deus.

Associado ao conceito de aparelho disciplinar, a estrutura panóptica influencia diretamente no espaço e no tempo relacionado aos corpos que ali estão. No caso das prisões, os espaços são divididos em muros laterais para evitar a comunicação dos corpos, mas há total visibilidade frontal para o constante olhar do vigia (tempo). Portanto, tornando-se um objeto de informação constante, mas nunca um sujeito com possibilidade de comunicação, o indivíduo se torna um dado. O objetivo é a garantia da ordem.

[...] se os detentos são condenados, não há perigo de complô, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas; se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há risco de violências recíprocas, crianças, não há “cola”, nem barulho,

nem conversa, nem dissipação. Se são operários, não há roubos, nem conluíus, nada dessas distrações que atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes. A multidão, massa compacta. Local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas (FOUCAULT, 2014, p. 194 - 195).

Para o filósofo francês, as estruturas disciplinares, além de visarem um controle permanente, buscam o máximo de economia para atingir seus fins. Ou seja, aplicar/gastar pouco esforço/recurso para receber o máximo de benefícios. O esquema panóptico é um intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos. É uma maneira de obter poder.

Veiga-Neto (2016, p. 65/66) aponta a influência dessa economicidade nas instituições:

[...] ao recorrer ao *Panopticon*, idealizado por Jeremy Bentham no século XIX, Foucault nos mostra o quão econômico é essa máquina óptica, ao possibilitar que uns poucos fiscalizem eficiente e permanentemente a ação de muitos, não importando se isso se dá numa prisão, num hospital, numa fábrica, num asilo, numa escola [...] em maior ou menor grau, ele de fato logo passou a comandar o funcionamento de tais instituições, qual um denominador comum entre todas elas.

O panóptico exemplifica essa forma de pensar, pois, no caso da prisão, induz o indivíduo a um estado de alerta permanente onde tem consciência de sua visibilidade para quem o vigia, fato que assegura uma espécie de funcionamento automático do poder. O corpo e a mente do prisioneiro foram sujeitados ao controle. Esse princípio tem como base o poder enquanto algo sempre visível e inverificável, pois a torre sempre estará visível, lembrando a constante vigília. Porém, os prisioneiros, de nenhuma forma, poderão verificar se de fato há alguém vigiando-os constantemente. Vigilância, anônima e ininterrupta, que age dominando, desta forma, as mentes desses corpos dóceis. Vemos, portanto, como se torna possível pensar uma economia de esforços e resultados mais produtivos.

No contexto escolar, o princípio do panoptismo pode ser aplicado de várias formas. Uma das mais incisivas é o uso dessa estrutura para criar um saber sobre os corpos dóceis (alunos). A possibilidade da observação constante permite coletar informações sobre os discentes: estatísticas sobre desempenhos, identificação de aptidões e de características dos alunos, as quais permitem classificá-los e, entre eles, distinguir, por exemplo, os casos de preguiça e os de problemas com o aprendizado.

Além desse caráter de estabelecimento de informações/saberes sobre os indivíduos, há seu aspecto modificador ou adaptador de corpos. Segundo Foucault (2014, p. 197 - 198), o

panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar comportamentos, treinar ou retrainar indivíduos. Por exemplo, nos campos da medicina e dos hospitais, fazer testes com novos remédios; no campo prisional, testes com novas formas de punição e seus efeitos; no campo operário, ensinar novas técnicas de produção e verificar a mais eficaz e, inclusive, fazer experiências; no campo pedagógico, como ensinar conhecimentos não científicos para diversos grupos de estudantes distintos e, posteriormente, fazê-los encontrarem-se para debater suas crenças “científicas”.

Neste sentido, o panóptico pode ser considerado um laboratório experimental extremamente complexo e útil que, no lugar de pequenos ratos brancos, observa homens, mulheres e crianças para isolar, com um alto grau de êxito, as transformações que podem ocorrer nos mesmos. Essa estrutura é uma qualidade de laboratório de poder.

Atualmente, com o avanço tecnológico e a interconectividade na comunicação proporcionada pela Internet, criou-se uma nova modalidade desse mecanismo de poder, o panóptico virtual.

Apesar de Foucault ter falecido “apenas três anos após o lançamento, pela IBM, do personal computer (PC), e seis anos antes de entrar em funcionamento o sistema World Wide Web (www)” (LACERDA, 2018, p. 9), sua análise sobre o panóptico de Bentham continua viva e profundamente enraizada e adaptada aos novos contextos tecnológicos.

Segundo Bessi, Zimmer e Grisci (2007, p. 93), o surgimento da Internet inaugura uma nova fase no controle sobre os indivíduos. Por meio dela, são criadas pelas empresas dispositivos tecnológicos que facilitam sua comunicação em rede. Essas organizações adotam, agora, políticas de controle muito mais aperfeiçoadas: horários de trabalho (entrada, saída e intervalos) são controlados por cartões de pontos eletrônicos, que realizam automaticamente o controle da jornada; o controle sobre o trabalhador mesmo quando ele se encontra fora dos limites físicos da organização e em horários que excedem os limites de sua jornada, por meio de aparelhos celulares ou laptop; o controle e limitação no livre acesso, a visitas a sites e as correspondências recebidas ou enviadas por e-mail; o monitoramento da produtividade por meio de planilhas digitais que permitem acessar informações como: diminuição ou queda de produção, e suas fontes causadoras, como, por exemplo, diminuição do ritmo de trabalho.

Como é possível notar, o controle hierárquico coexiste com o controle eletrônico, embora o preposto, agora, seja o aplicativo, o programa. A normalização, o enquadramento de usos, costumes e comportamentos dos trabalhadores permanece como objetivo central. [...] Aliada a um discurso ideológico de gestão participativa, trabalho em equipe, gestão por competências e tantas outras formas anunciadas de descentralização do poder organizacional, a tecnologia da informação contribui para

exacerbar o controle sobre o trabalhador. De modo sutil, descentralizado e difuso, permite ao controlador ver sem ser visto. Desse modo, pode-se dizer que o panóptico analisado por Foucault tornou-se, hoje, o panóptico virtual (BESSI; ZIMMER; GRISCI, 2007, p. 94).

Essa nova forma de poder sobre os indivíduos pode ser exemplificada pela pesquisa de Camila Lacerda (2018, p. 72), que investiga questões relacionadas à utilização massificada da internet que, simultânea e, aparentemente, traria uma gama de benefícios, poderia se manifestar sutilmente como um silencioso e contínuo instrumento de controle dos indivíduos. A autora nos apresenta dois conceitos: *Big Data* e *Panopticon Virtual*. O primeiro refere-se a uma acumulação maciça de dados⁴ virtuais da qual é possível extrair valor para a tomada de decisões. Também pode ser considerado uma ferramenta para controle de indivíduos, por conta da possibilidade de vigilância de dados. Há corporações que se especializaram em colher e examinar, informações digitais dos indivíduos, obtendo informações sobre comportamentos, preferências, etc., informações que podem ser utilizadas para produzir perfis de consumo, por exemplo. Não esquecendo que essa vigilância e uso de dados também pode ser utilizada por governos para controle das massas, para os mais diversos fins.

O segundo é um modelo inspirado no Panóptico de Bentham aplicado ao mundo virtual. O modelo se transformaria numa arquitetura interligada de redes, que estabeleceria e ampliaria as fronteiras nas quais se exerce a vigilância e o controle sobre seus usuários. O Panóptico Virtual se revela, portanto, na confluência entre o conceito de *Big Data* e a crítica sobre a sociedade construída por Michel Foucault, tendo como base a ideia do *Panopticon*.

A influência global da internet não veio a refutar a teoria de Foucault sobre a sociedade disciplinar, senão que, em muitos aspectos, parece confirmá-la: a internet aparece, permeando as instituições, como espaço de inclusão e fixação do sujeito no aparelho de produção. (LACERDA, 2018, p. 78)

Essa nova tecnologia de controle potencializa as características panópticas da vigilância e da eficiência no controle e corte de recursos humanos e materiais. Hoje, ainda mais, tanto os indivíduos quanto o produto de seu trabalho se transformam em dados e estatísticas, tornando a quantificação e o poder sobre eles mais acentuado.

⁴ “Mencione-se, a título de exemplo, o serviço de geolocalização ao qual se submetem os usuários do iPhone, da Apple, ou de smartphones com o sistema Android, do Google (casos há em que o rastreamento gera um histórico dos lugares onde a pessoa esteve nos últimos meses mesmo com o serviço de localização desligado, ou mesmo que os smartphones estejam, há dias, desligados ou sem bateria)”. (LACERDA, 2018, p. 78).

3. Diário digital: um panóptico virtual?

O Diário Digital é uma ferramenta interativa vinculada ao Sistema de Gestão Educacional do Amazonas - SIGEAM, da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas - Seduc/Am, que substituiu o antigo documento físico (diário de papel) no qual eram registradas as informações básicas das turmas e do trabalho docente.

A plataforma é utilizada pelo professor diariamente para relatar suas atividades, arquivar informações gerais sobre seu trabalho e sobre os estudantes: notas, faltas, avaliações, o registro do conteúdo proposto e as atividades pedagógicas, por exemplo. A ferramenta permite que as informações registradas sejam acompanhadas pela secretaria, pedagogia e gestão escolar, no âmbito escolar; pela coordenação distrital (que gere as escolas por região) e pela própria Secretaria de Educação, no âmbito externo à escola.

Segundo Alcinete Castro (2016, p. 48) no ano de sua pesquisa, intitulada *A implantação o Diário Digital nas escolas públicas estaduais de Manaus (Am)*, a Secretaria de Educação estava em negociação com o site de buscas Google para que se tornasse o responsável pelo processo de autenticação do acesso e segurança do usuário ao entrar e utilizar a plataforma. Com isso, a Secretaria se eximiria da responsabilidade pelo armazenamento dos dados e, posteriormente, ficaria responsável apenas pelo gerenciamento do perfil do usuário. Essa mudança se justificaria por conta da vulnerabilidade do acesso e pela possibilidade da quebra da segurança do sistema. Esse processo foi concretizado e hoje o professor, para acessar o Diário Digital, deve se cadastrar na conta institucional da Secretaria vinculada a Google⁵.

A plataforma Diário Digital apresenta desde sua criação alguns desafios evidenciados por Castro (2016). Destacamos aqui três problemas relacionados ao uso da plataforma pelos professores usuários.

Habilidade e/ou resistência para lidar com informática e seus aparatos: muitos docentes nunca participaram de cursos de aperfeiçoamento para uso das tecnologias que chegam às instituições escolares. Essa falta de habilidade para usar as tecnologias, na maioria das vezes, acaba se transformando em rejeição. **Treinamento específico para operar o Diário Digital:** como não houve cursos de capacitação para o uso do Diário Digital, e a plataforma não traz manual de instruções sobre o seu funcionamento, isso compromete a sua eficácia, pois muitos docentes acabam fazendo os registros equivocadamente. **Falta de diálogo com os docentes para compreender as suas principais dificuldades quanto ao manuseio da ferramenta:** as

⁵ As informações sobre o cadastro e o seu vínculo com a empresa podem ser encontrados no endereço: <http://www.educacao.am.gov.br/conectar/> Nessa página da web está o seguinte texto: “Você vai fazer parte de uma experiência pioneira com o Google para a utilização de ferramentas tecnológicas educacionais feitas para a internet pela multinacional. Uma enorme quantidade de conteúdo digital variado, incluindo livros, vídeos e aplicativos educacionais, está a sua disposição”.

reclamações são enviadas e a maioria delas não é atendida, ou seja, no final dos bimestres os mesmos problemas retornam, causando insatisfação nos docentes (CASTRO, 2016, p. 51, grifos nossos).

Os problemas supracitados evidenciam que, apesar da plataforma ter sido criada para a melhoria na comunicação das informações do trabalho do professor e trazer benefícios (redução de gastos materiais, rapidez no preenchimento e agilidade no acesso dos registros), acaba por limitar o uso da ferramenta digital, levando a uma utilização insípida e sem possibilidade de aproveitamento de todos os recursos disponíveis, já que não houve um cuidado em relação à capacitação do corpo docente para o uso da plataforma digital. Desse modo, sem o domínio adequado da ferramenta, a dificuldade para entender e usar seus recursos se faria presente e, por consequência, dificultaria a possibilidade de críticas e sugestões para a melhoria do Diário Digital.

Esses desafios mencionados alimentam um problema central na discussão, a saber, a relação entre a plataforma digital e a *Proposta Curricular do Ensino Médio para a disciplina de Filosofia do Estado do Amazonas* (PCAM- Filo), documento analisado nesse trabalho. O problema reside nos conteúdos propostos pelo documento que são apresentados de forma compulsória na plataforma. O sistema permite o registro somente de conteúdos presentes nas propostas curriculares da Secretaria, limitando técnica e pedagogicamente a liberdade de escolha dos conteúdos pelo professor. Ou seja, não há flexibilização para conteúdos diferentes dos propostos pela Secretaria no Diário Digital.

Esse engessamento produzido pela plataforma não coaduna com a fundamentação das propostas curriculares da Secretaria, conforme o que se observa nos pressupostos teóricos da PCAM-Filo (2012, p. 16): “Nesse sentido, foi pensado um Currículo amplo e flexível⁶, que expressasse os princípios e as metas do projeto educativo, possibilitando a promoção de debates, a partir da interação entre os sujeitos que compõem o referido processo.”

O próprio texto da PCAM-Filo aponta que o professor está diante de uma *proposta* para trabalhar a filosofia voltada para o Ensino Médio, ou seja, ela vem para somar ao trabalho realizado pelo docente, com objetivo de orientação lógica do itinerário curricular a ser usado em sala de aula. Sendo uma propositura, os conteúdos ofertados não podem ser os únicos a serem trabalhados em sala (a não ser que seja a escolha do professor), pois, do contrário, não

⁶ A adoção desse princípio visava assegurar que parte do currículo deveria permanecer aberta para a inserção das particularidades regionais e locais pelos atores envolvidos no processo educativo daquela localidade. Essa perspectiva pedagógica é fundamentada pelos documentos norteadores federais do currículo: DCN, PCN, PCN+, OCEM.

seriam conteúdos propostos, mas sim obrigatórios, o que vem a ser uma contradição em termos pedagógicos. Ao se propor limitações do que e de como lecionar, anula-se a experiência e a formação acadêmica do docente, bem como sua subjetividade para dar aula, seu olhar professoral. Ora, se a proposta do Estado está embasada no princípio de flexibilidade e de autonomia do professor, por que limitar a escolha e o relatório de novos conteúdos?

Figura 1 – Área de inserção de conteúdos do Diário Digital

Fonte: <http://diariodigital.seduc.am.gov.br>

Entendemos que esse problema se apresenta de forma sutil, pois o fato da plataforma *online* Diário Digital não disponibilizar espaço para a inserção de novos conteúdos supõe um não entendimento, pela gestão do sistema, sobre o conceito de “proposta”, limitando o docente a relatar oficialmente somente conteúdos da PCAM-Filo. Ao mesmo tempo, negar ao professor a possibilidade de contribuição, inviabiliza a formulação de alternativas para solucionar os problemas da própria proposta curricular. Portanto, há um desequilíbrio entre o poder da gestão da plataforma e de seus usuários, pois há um controle e uma imposição de dados desnecessários exigidos pela ferramenta, o que se configura, usando as palavras de Foucault, um mecanismo de poder.

Essa barreira imposta pelo Diário Digital leva a uma discussão mais profunda sobre o currículo, pois, se a proposta curricular se torna inflexível por conta do Diário Digital, o que resta ao corpo docente, teoricamente, é discutir qual a melhor forma de trabalhar o que já é proposto pela PCAM-Filo em sala de aula, por exemplo. Ou seja, a base é o *status quo*, nada muda, a não ser a forma e a escolha dos conteúdos que já constam no sistema. Esse fato vai de

encontro à uma perspectiva crítica do currículo (a discussão de quais e do porquê determinados conteúdos devem constar na proposta), e indica uma forma impositiva de trabalhar os conteúdos curriculares caracterizando a forma tradicionalista de conceber o currículo. Segundo o professor Tomás Tadeu Silva (2017, p. 24) a perspectiva da *teoria tradicional*⁷, sustenta que a questão do currículo se resume a uma questão de organização, pois ele é uma mecânica de características arraigadamente burocráticas, onde as finalidades últimas da educação estão calcadas pelas exigências profissionais da vida adulta, o currículo se resumiria a uma questão técnica, a saber: não se discutem quais saberes constarão na proposta curricular, mas apenas como ela deve ser ensinada.

Podemos interpretar esse problema pelo olhar de Foucault a partir da reflexão sobre a homogeneização.

A classe se torna homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares dos mestres. [...] filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; [...] alinhamento das classes de idade uma depois das outras; sucessão de assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. (FOUCAULT, 2014, p.144)

Assim, o filósofo chama a atenção para o controle hierárquico, a vigilância, mas, também, para a importância do controle sobre o conhecimento ensinado nas escolas. Percebe-se uma pressão vertical não somente sobre os estudantes que estão na ponta, mas, também, sobre os próprios professores que, em tese, estão amarrados a uma lista de conteúdos por conta da plataforma. Conclui-se que o fator de inflexibilidade do Diário Digital força uma homogeneização do ensino de filosofia na escola pública não considerando as capacidades, experiências profissionais e acadêmicas dos professores.

Essa forma homogeneizada de trabalhar o conhecimento mantém o professor em conformidade com o sistema, ou seja, o sujeito é praticamente incapacitado de expressar sua

⁷ Podemos exemplificar essa teoria, segundo Tomaz da Silva (2017), ao analisarmos o pensamento do teórico curricular John Bobbitt, que escreveu a obra *The Curriculum* (1918), nos Estados Unidos, onde apontava que os estudantes deveriam ser pensados como produtos fabris, modelo que vai ao encontro da crítica de Michel Foucault a respeito da produção histórica de corpos úteis na sociedade por meio das escolas. “Bobbitt propunha que a escola funcionasse da mesma forma que qualquer outra empresa comercial ou industrial. [...] O sistema educacional deveria começar por estabelecer de forma precisa quais são seus objetivos. Esses objetivos, por sua vez, deveriam se basear num exame daquelas habilidades necessárias para exercer com eficiência as ocupações profissionais da vida adulta. O modelo de Bobbitt estava claramente voltado para a economia. Sua palavra chave era “eficiência”. O sistema educacional deveria ser tão eficiente quanto qualquer outra empresa econômica. Bobbitt queria transferir para a escola o modelo de organização proposto por Frederick Taylor. Na proposta do autor, a educação deveria funcionar de acordo com os princípios da administração científica propostos por Taylor. A orientação dada por Bobbitt iria constituir uma das vertentes dominantes da educação estadunidense no restante do século XX” (SILVA, 2017, p. 22).

criatividade ou qualquer crítica às regras da plataforma imposta, não de maneira direta, mas de forma sutil: por dificuldades burocráticas (habilidades técnicas, ausência de capacitação), por falta de tempo devido à carga horária de trabalho, ou por não vislumbrar chances de sucesso.

Considerações Finais

A dificuldade de uma participação ativa e democrática pelo professor no uso da plataforma digital indica princípios do *panoptismo*, apresentado por Foucault. Com o objetivo da manutenção do *status quo* por meio da garantia de ordem, do controle de dados e controle do que está sendo ensinado, identificamos características do aprisionamento, da vigilância contínua e do princípio de economicidade, descritos por Foucault, pois, respectivamente, temos conteúdos sem possibilidades de contribuição ou atualização. É um meio que viabiliza a eficiência no controle hierárquico permanente do que está sendo lecionado nas aulas diariamente; o sistema transforma a experiência dentro de sala de aula em dados, valendo-se do princípio de economicidade, ou seja, são necessários poucos recursos materiais e humanos para verificar a quantidade e a qualidade de informações carregadas na plataforma, uma economia de esforços/recursos com máximo de benefícios: aspectos que contribuem para a transformação do professor em uma peça interna do aparelho de produção, uma engrenagem do poder disciplinar.

Portanto, há um desequilíbrio entre o usuário e a plataforma digital, pois o poder sobre os dados registrados favorece apenas o lado de quem os supervisiona por meio de uma hierarquia estruturada, além de não permitir que o usuário, de forma indireta e sutil (ausência de capacitação, limitação de conteúdos) domine todos os recursos da plataforma, anulando suas possibilidades críticas e contributivas para com o Diário, apresentando-se como um recurso virtual sem característica democrática, pedagógica, e muito menos participativa, indicando aspectos de um panóptico virtual.

Sugerimos que, para um uso ético e responsável da plataforma, algumas medidas sejam pensadas e implementadas, tais como: capacitação contínua por meio de formação dos professores a respeito das ferramentas digitais, pois periodicamente há atualizações do sistema; disponibilização de curso de informática básica para formação dos usuários que ainda não dominam as novas tecnologias; divulgação ampla e clara de modificações na plataforma; abertura de um canal digital direto entre os usuários e os administradores da plataforma para discussão, críticas e sugestão de melhorias e formação de uma comissão de professores para fiscalização do uso dos dados registrados na plataforma pela Secretaria e pelas empresas que têm acesso a essas informações.

Referências

BESSI V.B., ZIMMER, M.V, GRISCI, C.L.I. (2008). “O Panóptico Digital nas Organizações: Espaço-Temporalidade e Controle no Mundo do Trabalho Contemporâneo.” *Revista O&S*. Disponível *on line* em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=172&locale =es>> Disponível em: 10/08/2020.

CASTRO, ALCINETE SANTOS. (2016). A IMPLANTAÇÃO DO DIÁRIO DIGITAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MANAUS (AM). Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P. 120. Disponível *on line* em: <<http://mestrado.caedufjf.net/a-implantacao-do-diario-digital-nas-escolas-publicas-estaduais-de-manaus-am/>> Acesso em 15/09/2020.

FILHO, Gilvan Dias de Lima. (2012). “A Educação como Fonte e Forma de Poder.” *Revista Científica Semana Acadêmica*. Volume 01. Número 11. ISSN 2236-6717 Disponível *on line* em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-como-fonte-e-forma-de-poder>> Acesso em: 27/08/2020.

FOUCAULT, Michel. (2006). *Poder e Saber*. In: FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos IV. Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 223-240.

_____. (2014). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 42 Ed. Petrópolis: Vozes.

LACERDA, Camila Lopes. (2018). *O Panopticon virtual e os desafios do Direito*. viii, 93 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível *on line* em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32189/1/2018_CamilaLopesLacerda.pdf> Acesso em: 20/09/2020.

SEDUC-AM. (2012). *Proposta Curricular de Filosofia para o Ensino Médio*. Manaus: Seduc – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (2017). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3 Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

VEIGA-NETO, Alfredo. (2011). *Foucault e a educação*. 3. Ed. Belo horizonte: Autêntica.

Recebido em: 25/09/2020

Aprovado em: 02/12/2020